

1 Introdução

A arte consiste em liberar a vida que o homem aprisionou. O homem não cessa de aprisionar a vida, de matar a vida.

Gilles Deleuze

Iniciamos este texto com o fôlego que o percurso da construção da tese nos trouxe, sobretudo por materializar aspectos de uma longa e profícua trajetória profissional no CIESPI¹ e em especial no Ponto de Cultura Centro de Cultura e Educação Lúdica da Rocinha, parte do Programa *Cultura Viva* do Ministério da Cultura do Brasil (MinC), como um dos maiores desafios a que nos propusemos. Ao oxigenar as experiências apreendidas até aqui, o que nos ecoa mais forte é o desejo de compartilhá-las e contribuir para a construção de políticas públicas não só mais próximas das pessoas e das suas demandas, mas também vislumbrar a construção de uma sociedade mais equitativa.

Situada em um contexto de prática social, cultural e de militância², ressaltamos alguns aprendizados, como o de que o conhecimento é produzido por várias pessoas, por um coletivo, e também pela dinâmica da própria vida em que os processos invariavelmente não estão isolados. Não se trata de negar a experiência e a reflexão individual, mas de situar as implicações das práticas no fluxo do fazer e no reconhecimento das partes contidas na totalidade da experiência humana. Paradoxalmente, o lugar da compreensão racional é o do controle, o da classificação e o do estático, mas que, somado às descobertas advindas de uma percepção sensorial, nos permite maior proximidade com as histórias e o conhecimento em movimento. E também o lugar da vida, permitindo a reflexão sobre o vivido e sobre o que é produzido no cotidiano, principalmente por nos envolver por inteiro em labirintos, cujas saídas são encontradas à medida

¹ Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância/CIESPI, onde participamos da coordenação de projetos de pesquisa desde 1996 e do qual fizemos parte da Secretaria Executiva.

² Nesse caminho destacamos a participação em fóruns públicos desde 2001. Em 2003, iniciamos a participação na Comissão de Políticas Básicas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA/RJ) como membro da Rede Rio Criança, voltada para a questão das crianças e adolescentes em situação de rua, e do Fórum de instituições da sociedade civil que atuam na área da infância e adolescência (Fórum Rio). A partir do diálogo com conselheiros acerca da deliberação de Políticas Públicas, passamos a colaborar no debate e na elaboração da política de atendimento para crianças e adolescentes em situação de rua nas gestões 2003 a 2005 e 2005-2007 do CMDCA/RJ. Em 2006, participamos da fundação do Fórum dos Pontos de Cultura e da organização dos seus encontros regionais.

que são construídas de forma conjunta. A experiência na constituição de um Ponto de Cultura em interação com outros Pontos que enfrentaram as mesmas problemáticas possibilitou o desenvolvimento da percepção de que a aproximação e o afastamento nos trazem diferentes ângulos e perspectivas dos problemas que compreendem mudanças que ocorrem a todo o momento. Isto, em contraposição à velocidade, vertigem contemporânea que nos impõe uma produção incessante, alienada e aprisionada ao objeto “recortado” de uma realidade muito maior e complexa.

Estas são constatações advindas de uma maior “consciência” das sucessivas e ininterruptas mudanças na realidade, ou ao contrário, diante da percepção de que, às vezes, tudo parece igual, mesmo não sendo, o que realmente passa a fazer diferença é a maior possibilidade que passamos a ter de fazer escolhas sem sermos simplesmente arrastados pelas circunstâncias. Somente assim, podemos criar, e nossas buscas tornam-se mais claras. Ou seja, ao que aspiramos, quais os problemas com que nos deparamos, como cada pessoa, encontro ou acontecimento nos afeta. Saímos da inércia. Passamos a reconhecer cada fragmento, registrando os mais significativos, que nos marcaram, mas que, a princípio, nos pareciam confusos, confirmando a importância da totalidade.

Assim, optamos por delimitar algumas experiências, sem pretender esgotar a riqueza dos processos de criação nos Pontos de Cultura, mas refletir sobre algumas potencialidades e limitações. Enquanto digressões que se conectam com o conteúdo apresentado, ressaltamos alguns tópicos nos capítulos denominados de “Entre”, que consistem em reflexões que se configuram como conexões e fornecem o terreno para o *entre-lugar*, onde se torna possível evitar a política da dicotomia e emergir com possibilidades de reflexões que nos apoiam neste estudo. A experiência vive nas práticas sociais, nas histórias contadas, nos corpos, nas expressões mais diversas, nos espaços habitados e abandonados. Pensar a arte e a cultura para além do caráter instrumental, enquanto possibilidade de emancipação, não única, mas em conjunto com outros direitos básicos implica valorizar a sua importância e o seu papel na criação humana. A arte e a cultura como uma das formas de conhecimento é uma das maneiras de acessar a realidade, uma percepção sensível que não apenas traz à tona tensões invisíveis, mas que também envolvem outros aspectos, dentre os quais os ideológicos, que requerem análise crítica e atenção. Isto envolve também sair do lugar do *eu* e assumir um lugar no

fazer conjunto, afirmando a alteridade, a partir do *nós*, que surge invariavelmente do desejo de superação de uma realidade vivenciada, sobretudo, contra a dominação de uns sobre outros e em prol da dignidade humana. Assim, o compromisso com a transformação da sociedade, em que pese a superação das condições de opressão e miserabilidade é o ponto de partida para guiar nossas reflexões, para além da compreensão do funcionamento da sociedade, e em busca de possibilidades enquanto resistência criadora, principalmente na criação de alternativas que enfrentem as desigualdades.

Desde que a nossa prática começou a nos instigar, principalmente no caminho com os Pontos de Cultura, experimentamos movimentos se fazendo, se gestando e se extinguindo sucessivamente. Desdobramentos e convergências inscritas em saberes, sons, movimentos, palavras, frases, encontros, histórias, imagens, trocas. Tradicionais ou reinventadas a *Cultura Viva* e entrelaçada ressurgia no desejo de conhecê-la mais de perto. Composições híbridas desviadas, ignoradas e até desconhecidas do próprio brasileiro, esquecimentos naturalizados enquanto parte de um jogo político que invariavelmente reproduz narrativas extenuantes, que fazem esquecer aquilo que não se fala ou não se registra: histórias relegadas à margem da memória oficial que temos da história do país.

Rememorando todo o caminho que percorremos, sempre em companhia das questões e inquietações iniciais que nos mobilizaram, valorizamos os aprendizados sobre o contexto e o que se impunha enquanto problema de um coletivo e não apenas pontual ou individual. Além disso, outras inúmeras questões foram se colocando e a cada leitura, a cada experiência o que mais ficava forte eram as incertezas. No início deste estudo, nossa primeira afirmação era a de que os projetos sociais ligados aos programas/políticas públicas culturais eram novos sujeitos sociais coletivos, e nos perguntávamos quais eram as possíveis resistências. Que ações instituintes contestavam o instituído e o opressor sistema de desigualdade social em que vivemos, principalmente diante da força e exuberância das manifestações artístico-culturais nos Pontos de Cultura?

Em seguida, após constatarmos que as resistências existiam, apesar das condições materiais de produção e reprodução serem tão efêmeras e fugazes quanto a incessante produção de novos desejos e necessidades que nos aprisionam neste sistema, tempo e contexto, compreendemos que, uma forma de resistir era, principalmente, problematizar o que estava instituído e colocado como

inquestionável, além das inúmeras criações tão presentes, mas também tão distantes do conhecimento da sociedade em geral. E então nos fizemos outras perguntas. Como aliar lógicas que, *a priori*, são contraditórias, como a da arte e a da cultura, linguagens vivas e processuais que se caracterizam por não anteciparem os resultados com a lógica das políticas públicas que exigem controle e resultados? Ou seja, nos interessava entender como os Pontos de Cultura se apropriavam do Programa *Cultura Viva* e, assim, uniam estas lógicas, porém com inúmeros impasses.

Estas questões suscitaram outras³, tais como: a cultura é finalidade e a política é apenas um dos meios? Ou a cultura ainda serve como instrumento para inúmeros fins, dentre eles os políticos? Tácitas, por fim, estas questões nos levaram a considerar que quase sempre o caminho que se destina à cultura e à arte se apresenta como naturalizado, o da mera instrumentalidade, em que a cultura está a serviço de algo e não por ela mesma, mesmo que nos discursos se defenda verbosamente o contrário, ou ainda como uma ordem acabada. Isto passou a nos incomodar de uma maneira mais proeminente, pois o caminho do pragmatismo, geralmente, impede o desenvolvimento da maior parte da riqueza de um processo que exige tempo, espaço e liberdade. Afinal, num país tão desigual quanto o Brasil é comum ouvirmos que a cultura tenha que salvar, profissionalizar, ou tantas outras coisas. Ter o direito de apenas usufruir dela, de experimentá-la, de criá-la e de escolhê-la, sem nenhuma outra obrigação ou condição é algo bastante distante para a maioria das pessoas.

Especialmente para as pessoas das classes trabalhadoras pobres, que, ao se destacarem em determinada área cultural, a ponto de serem reconhecidas como “talentosas”, são quase sempre consideradas frutos de um milagre ou raras exceções, ou ainda, portadoras de um dom excepcional. Desconsideram-se as diferenças sociais e econômicas, a própria condição de classe que as impede de ter igualdade de oportunidades e o desenvolvimento das suas habilidades. Falamos da maioria da população. Assim, para além de fáceis e ligeiras classificações, que geralmente consideram as ações dos Pontos de Cultura como parte de políticas

³ Segundo Thompson (1981), os fenômenos estão sempre em movimento, “que evidenciam - mesmo num único momento - manifestações contraditórias, (...) assim como o objeto de investigação se modifica também se modificam as questões adequadas” (1981, p. 48). O autor discute proposições que o distinguem pela elaboração de categorias articuladas numa totalidade conceitual, na direção de um conhecimento em desenvolvimento, que se dá tanto pela teoria quanto pela prática. “Assim como o ser é pensado, também o pensamento é vivido” (Idem, p. 17).

“assistencialistas”, “focalizadas” ou “seletivas”, buscamos apreender estas ações como pontos de partida, como possibilidades diversas e livres de criação e fruição das manifestações artísticas e da cultura em seu sentido ampliado, importante constatação a ser considerada nas políticas culturais. São ações que, inclusive, contestam estes rótulos, por estarem ainda em processo, não como mera oposição, mas como metáfora de todas as opressões, que nos impedem de alcançar a equidade e a liberdade, sobretudo, numa sociedade, na qual imperam valores relacionados a sua utilidade prática e imediatista ou que remetem à esfera empreendedora do mercado como única saída.

Desta forma, somos induzidos a produzir, reproduzir e consumir padrões estéticos e técnicas pré-definidas, por uma indústria já consolidada que impõe padrões e inovações que induzem ao consumo, por meio de estratégias de *marketing* e de negócio, que se irradiam no mercado, e/ou pelos supostos saberes e culturas já consagrados enquanto “corretos”, “verdadeiros”, “universais”, ou “eruditos”, e que desvalorizam os demais. A política de editais públicos, em substituição às leis de incentivo emblemáticas pela Lei Rouanet, embora exija aprimoramento, vem permitindo o início de um processo de ampliação do acesso à cultura em todo o País, rompendo barreiras que em princípio incomodam as estruturas já instituídas de distribuição de recursos. As organizações não-governamentais, os movimentos sociais, os grupos artísticos e manifestações culturais captam demandas cotidianas, invariavelmente muito distantes do Estado, viabilizando que os movimentos organizados encaminhem questões relevantes e afinadas com a dinamicidade da realidade social. São subsídios importantes para a construção de políticas públicas coerentes com estes processos, além da possibilidade da criação de alternativas de transformação do sistema social em que vivemos, bem como dos próprios mecanismos que os geraram e os mantêm.

Deste modo, o compartilhamento das experiências se tornou central neste estudo. Em especial as criações coletivas, cujo exemplo mais concreto é o dos brinquedos construídos na itinerância, tanto física, quanto do pensamento com os Pontos de Cultura. Partimos do Ponto de Cultura da Rocinha, em interação com outros, além da organização conjunta de projetos, reuniões e encontros regionais e nacionais no âmbito do Fórum dos Pontos de Cultura do Estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Assim, os projetos sociais culturais e de pesquisa de que participamos sempre nasceram de alguma inquietação com o já-determinado, com

os processos ditos inquestionáveis, como os rótulos e preconceitos que se perpetuam e que enfatizam a falta, as fragilidades e as “carências”. Assim, obscurecem as forças e as possibilidades de criação e de transformação da vida, em condições mais dignas para todos. Diante da pluralidade cultural e das desigualdades sociais, nos soava incoerente e destoante os modelos, as tentativas de controle, e de adequação, de tornar “produtivos” e “replicáveis” determinados processos, quase sempre impostos por alguma instituição ou algum saber considerado superior. Deste modo, traçando afetos, escritas, reflexões e experiências, encontramos nos Pontos de Cultura possibilidades de interação e construção de um conhecimento e de processos mais sintonizados com o coletivo e com o incessante movimento da vida, além da possibilidade de refletir sobre as políticas culturais, no singular contexto brasileiro. Em torno de um encontro entre este estudo e a experiência que nos toca e transforma, construímos o conjunto deste texto.

Muito além das falsas harmonias que insistem em reificar a vida, o período do doutorado, enquanto um momento singular de reflexão, favoreceu o confronto das inúmeras questões e inquietudes, muitas serenadas pelas leituras, pelos autores, pelas trocas e pelos próprios encontros, que demarcam a tônica desse percurso. Muitos foram os momentos em que nos sentimos desafiados, tamanha a complexidade e riqueza da pluralidade da cultura brasileira, com a qual convivemos. Distinções e aproximações que exercitaram a nossa capacidade de indignação e de perseverança. Embora o *Cultura Viva* seja um programa de acesso aos meios de formação, criação, difusão e fruição cultural, cujos parceiros imediatos são agentes culturais, artistas, educadores, dentre outros profissionais e militantes que compreendem a cultura não somente como linguagens artísticas mas também como direitos, modos de vida e possibilidade de uma economia outra⁴, focalizaremos neste estudo a importância do âmbito da criação cultural sem que esteja subordinada a outras áreas ou funções. Interessa visibilizar a formação dos sujeitos e artistas para a vida, e não de talentos ou a promoção do sucesso, o que pode acontecer, porém, não é o nosso foco. Consideradas cruciais, a cultura e as manifestações artísticas podem produzir controle ou liberdade e se

⁴ Como a Economia Solidária, a troca de serviços e apoio entre os Pontos, a estruturação do Sistema Nacional de Cultura que efetive diferentes formas de apoio a produção cultural, além da necessidade da criação de um novo marco legal para regulamentar as novas relações de trabalho geradas pela arte e pela cultura.

situam no limiar de serem instrumentalizadas em benefício de algo, sendo, muitas vezes, distorcidas e convenientes à manutenção do instituído e dos saberes e poderes vigentes e hegemônicos que reproduzem desigualdades. Assim, temos como pressuposto a possibilidade dos Pontos de Cultura serem o lugar da criação e da não instrumentalização da cultura, sobretudo sem a exigência do produto em si, mas onde o processo vivido por um coletivo é o mais importante, uma vez que são ampliadas as perspectivas, a possibilidade de escolha e de horizontes. O desconforto que provocou este estudo foi à percepção de que, nas relações presentes nestes locais, particularmente as que se desenvolvem em e com comunidades de favela, de periferia, ou do interior, as diferenças de ordem cultural, linguística, social e econômica, têm sido, histórica e concretamente, produzidas a partir e como desigualdade social, hierarquização, mantendo o isolamento e reproduzindo a homogeneização.

Os espaços dos Pontos de Cultura seriam possibilidades de consolidação de entendimentos outros, em que as diferenças não fossem percebidas como dons ou excepcionalidades, ou ainda como deficiências ou carências. A realidade das demais instituições sociais, como a escola, tem dificuldades de absorver a diferença e a liberdade que a arte e a cultura trazem e propõem, e invariavelmente reproduzem, no âmbito das classes populares, histórias de fracassos, em que crianças, adolescentes, jovens e as pessoas em geral são culpabilizadas por sua própria condição.

A possibilidade de pensar os processos desencadeados no âmbito da educação/criação não formal envolve muitas polêmicas. A sua alusão explica-se por objetivar uma referência aos processos de aprendizagem que ocorrem fora do ambiente escolar regular, baseado em sistemas formalmente estruturados ou institucionalizados. A escolha por este termo, educação não formal, facilita a diferenciação da educação formal que ocorre nas escolas, e também na educação informal, aquela em que se aprende por meio da socialização cotidiana na família, nos grupos de amigos, nas igrejas e na própria convivência nas escolas, dentre outros. Na educação não formal destaca-se uma intencionalidade na ação: os sujeitos querem e decidem aprender e trocar sobre um assunto (Gohn, 1999), em cuja definição acrescentamos a instauração de processos de criação, como os que ocorrem nos Pontos de Cultura, *locus* desta análise. No entanto, enfatizamos que não se trata de aprofundar a relação entre cultura e educação, nem de confundi-las,

mas de admitir que, mesmo sem a intenção pedagógica formal ou instrumental como fim, em espaços como os Pontos de Cultura, a arte e a cultura teriam considerável alcance educativo e, sobretudo, social. Assim, ao destacarmos o âmbito da criação coletiva e livre, evitamos que a cultura seja instrumental ou mero recurso. Ela é entendida enquanto experimentação, diversão, em que se exerce o direito de ser criança, jovem, adulto ou velho que possam exercitar práticas culturais que potencializem suas experiências, conhecimento e saberes diversos. Situada no âmbito da experiência e da experimentação, nos interessa demonstrar a relação destas questões com os Pontos de Cultura e as políticas culturais.

Assim, contaremos ao longo deste texto com alguns, dentre os inúmeros, Mestres Griôs, Tuxáuas⁵, Jovens Agentes *Cultura Viva*, Pontistas ou Ponteiros (pessoas oriundas dos Pontos de Cultura), cujas apreciações, práticas e experiências são imprescindíveis para a composição deste estudo. Enfatizamos, no entanto, a menção de uma pequena parte, dentre tantas outras, da intensa obra nacional, sábia, ligeira e por isso, não menos complexa e instigante, tal como a pluralidade da cultura brasileira nos inspira, inquieta, e às vezes até destoa, por ser original. Tradições e riquezas, forças que foram subestimadas e fragilizadas historicamente, cujas histórias, lutas e coragem não são veiculadas e, portanto, não são apropriadas e/ou valorizadas pela maioria da população brasileira.

Interessa refletir sobre o caráter qualitativo e processual das ações, principalmente para subsidiar o processo mais amplo da construção e acompanhamento das políticas públicas culturais, sem adequar estes grupos às lógicas capitalistas, mas nos apoiarmos em outras lógicas, solidárias e equitativas, para além do instituído. Buscamos evidenciar o que constatamos nas ações, para além dos discursos, das concepções elaboradas e sistematizadas, do aparato criado, mas também da ruptura trazida pelo Programa *Cultura Viva*, e pelo MinC, no cenário da cultura no país, com base nas duas últimas gestões do governo federal. Ressaltamos que a maior dificuldade encontrada nesta trajetória foi delimitar o objeto de estudo, um processo que envolve escolhas, e que em

⁵ Tuxáua, termo de origem tupi guarani, que também pode ser “murumuxaua” ou “tubixaba”, tem o sentido original de liderança, aquele que “arregimenta vontades” dentro do seu grupo étnico. O termo foi retomado e “apropriado” pelo Ministério da Cultura em 2009, por meio do Prêmio Tuxáua *Cultura Viva*, que premiou pessoas com um histórico de mobilização no contexto do Programa *Cultura Viva*, cujas propostas se baseavam na continuidade das ações de mobilização e articulação em rede.

determinados momentos nos pareciam “erradas”, mas que também nos ensinaram e nos fizeram refletir sobre as inúmeras dúvidas, caminhos e algumas poucas certezas. Deste modo, dialogamos com autores que nos pareceram abertos, que nos inquietaram e nos mobilizaram, em vez de nos trazerem respostas prontas ou pretensamente verdadeiras, e que, sobretudo, nos inspiraram a caminhar.

Autores que de certa forma, acolheram nossas fragilidades e o incessante movimento que nos unia e nos diferenciava, tendo como perspectiva empírica os Pontos de Cultura, mais especificamente o Ponto de Cultura Centro de Educação Lúdica da Rocinha e as experiências vivenciadas com os demais Pontos do primeiro edital de 2004 do Programa *Cultura Viva*/MinC, localizados no Rio de Janeiro, e fundadores do Fórum dos Pontos de Cultura na região. Situamos também a relação com os Pontos de Cultura em âmbito nacional, uma vez que as itinerâncias entre os Pontos, nos seminários, nos encontros regionais e nacionais propiciaram o diálogo, as trocas, a interação e a realização de atividades conjuntas.

As escolhas deste estudo compreendem a relação que estabelecemos anteriormente ao convênio com o MinC, que tornou parte das ações do projeto Rede Brincar e Aprender/CIESPI, do qual participávamos, em um Ponto de Cultura Centro de Educação e Cultura Lúdica da Rocinha. As questões e problematizações foram compostas nessa relação, sendo inerente a todo o processo a convivência e as práticas. Ao longo deste processo de pesquisa, constatamos implicações que envolviam as relações entre cultura, política, diversidade e interculturalidade, experiências, relações de poder e a questão do acesso, fruição e produção cultural, dentre inúmeras outras que escapam ao alcance desta pesquisa. Assim, as correlações que estabelecemos entre o desenvolvimento das políticas culturais e os processos coletivos nos Pontos de Cultura nos apontaram perspectivas e questionamentos sobre a produção de relações hierarquizantes, explicitadas em dificuldades de acesso (burocracias) aos recursos e bens públicos, bem como possibilidades no processo de reconhecimento e valorização dos sujeitos como produtores de cultura, e não apenas como meros reprodutores e/ou consumidores de uma cultura já consagrada.

Questões relacionadas à efetivação ou não dos direitos, delineando uma compreensão de como as políticas culturais ainda estão distantes da maioria da

população, instaurando questionamentos sobre como isto se naturalizou. Advinda da preocupação com a contínua produção do parâmetro da eficiência e pragmatismo na área social e cultural, além da simultânea produção/reprodução dos mecanismos de controle/burocráticos no acesso aos direitos, este estudo enfatizará a dimensão da criação no cotidiano do Ponto de Cultura da Rocinha e sua interação e produção com outros Pontos de Cultura no Estado do Rio de Janeiro.

As metodologias ou “jeitos de fazer” no Ponto de Cultura são construídos durante os processos, sem que se utilizem, a priori, modelos que poderiam direcionar ou impor caminhos, ou ainda, antecipar obrigatoriamente uma produção de “resultados”. Desta forma, nos interessou aprofundar em que medida estas práticas afirmam outra lógica, não tutelada, e muitas vezes, localizada geopoliticamente fora dos centros do poder. Partimos ainda da crença de que não é profícuo, como os modismos conjunturalmente disseminam, eleger a cultura como “central” e como “recurso”, algo que a isola, tornando-a ora “salvacionista”, ora “instrumental”, logrando mais do que esclarecendo a complexidade dos processos sociais, que envolvem questões econômicas, políticas, sociais, e, portanto, de hegemonias e contra-hegemonias ou de resistências.

Assim, enquanto um labirinto, o processo de construção da pesquisa e análise neste estudo tomou outras dimensões diante das inquietações sobre o que realmente permeava a produção de discursos sobre a eficiência e o controle dos projetos culturais associados à cidadania (como no caso do Programa *Cultura Viva*), tornando-se crucial conhecer quais as possibilidades de resistência ou de *entre-lugares* que realmente se configuram em ações instituintes e se contraponham a produção de relações tuteladas e de controle: a possibilidade de criação e o exercício da cultura por ela mesma. O interesse e foco nos processos de criação que se efetivam nos Pontos de Cultura levaram-nos a delimitar, mais precisamente, a criação de outras possibilidades de reflexão, a partir da análise e socialização de experiências vividas nesse âmbito como referencial empírico e perspectiva a partir da qual falamos. Estabelecemos a partir daí uma relação que busca ser dialógica, enquanto relação de troca, aliando os nossos interesses acadêmicos aos interesses específicos e também coletivos envolvidos, tanto políticos quanto utópicos. Apesar de todas as dificuldades impostas pelo contexto, pelas situações vividas e também por nossas próprias limitações, não se trata de

estudar para tentar aplicar algo, mas de considerar possibilidades de mediação dialógica nas relações que envolvem ações de políticas culturais, construções polifônicas de conhecimento, sujeitos e saberes plurais.

Estes processos estão em curso nos Pontos de Cultura, tentativas e criações coletivas com base nas experiências vivenciadas, cuja continuidade e descontinuidade, remetem às configurações das políticas culturais buscando encontrar conjuntamente as formas de tornar possível um fazer coletivo, solidário e transformador. Não se trata de considerar que exista algum modelo ou linguagem artística que seja em si libertadora, mas de buscar, e de querer compartilhar possibilidades cotidianas de tessituras de relações equitativas que possam produzir outros efeitos de saber e de poder, e, portanto, de emancipação e autonomia. Enquanto espaços politizáveis e alternativos que possam incorporar efetivamente as demandas, os desejos, as diferenças, e que permitam a quaisquer pessoas a criação e não apenas o consumo de algo que é imposto, naturalizado e alheio.

No **segundo capítulo**, apresentamos alguns autores, artistas e intelectuais militantes, como representantes de *pensamentos-movimentos* que refletiram e agiram em prol da cultura brasileira, sobretudo a sua relação com a política, com a arte e a cultura, na emergente formação da nação. Os questionamentos libertários sobre estas questões, bem como a indissociabilidade entre cultura e política, caracterizaram os movimentos artísticos, culturais e intelectuais como antecedentes das políticas culturais brasileiras. Abordamos também a relação de alguns intelectuais detentores de um saber relacionado à identidade nacional, com o Estado, contexto em que se delineia o árduo e recente processo de construção das políticas culturais no Brasil.

O que empreendemos ao longo do **terceiro capítulo** foi cotejar o lugar da cultura no Programa *Cultura Viva* e os elementos considerados cruciais para a formulação de políticas culturais. O foco no Programa *Cultura Viva*, cuja principal ação é o Ponto de Cultura, seus antecedentes, mudanças, composição, forma de acesso, ações transversais, e alguns dados estatísticos, também compõem o segundo capítulo, configurando o cenário histórico e atual, *locus* em que se tece este estudo, onde as experiências constituem as questões que aqui serão tratadas. Além disso, apresentamos dados e informações que nos apoiaram no desenvolvimento das reflexões e na visualização dos desafios ainda presentes.

Situamos o conteúdo dos diversos editais do Programa *Cultura Viva*, contexto em que desenvolvemos a análise das experiências nos Pontos de Cultura, além de apresentar alguns dados nacionais que ilustram a capilaridade, incidência, limites e desafios do programa.

No **quarto capítulo**, priorizamos o debate sobre os processos relacionados às experiências coletivas nos Pontos de Cultura, abordando a constituição dos Pontos, os sujeitos do processo, cujos relatos são intercalados com a problematização dos termos da diversidade e da interculturalidade crítica, permeados pelas relações de poder e o conceito de experiência. Aqui desenvolvemos reflexões que perpassam as ações do Programa *Cultura Viva*, suas criações, intercâmbios e experimentações nos Pontos, como um contraponto ao risco da instrumentalização da cultura.

Por fim, no **quinto capítulo**, delimitamos os encontros regionais e nacionais dos Pontos de Cultura, bem como a constituição do Fórum dos Pontos do Estado do Rio de Janeiro que compõem as reflexões sobre a organização política deste coletivo, suas contradições e impasses. Questões e problemas que perpassam relações de saber e poder, permeadas pelos encontros e pelos enfrentamentos com o aparato burocrático, configurando algumas das reivindicações mais comuns. Ao escolher falar a partir das diversas experiências com os Pontos de Cultura, não os consideramos um espaço acabado, mas um lugar de possibilidades, de criação e de enunciação do diverso, geralmente pulverizado no cotidiano, onde estão invisíveis as inúmeras capacidades inventivas. Ao viabilizar possibilidades da emergência de outras histórias e geografias, não se pretende substituir uma verdade por outra, mas, compartilhar o silenciado, considerado vazio, relegado a um segundo plano ou suprimido, sem, no entanto, considerá-los únicos ou panacéia, mas entendendo que podem vir a se configurar em alternativas.

Alguns autores nos trazem elementos para compreender a incessante produção subalterna do outro, diante de todas as ambivalências inerentes a esses processos. Dialogamos com várias perspectivas críticas que consideramos abertas ao diálogo, como as dos autores, artistas e militantes brasileiros abordados no segundo capítulo, bem com outros como Foucault e Walter Benjamin, os quais, embora reflitam sobre um determinado contexto e tempo histórico, identificamos aproximações com o pensamento de Catherine Walsh, cuja realidade mais próxima e atual, sul-americana, apresentou similaridades e diferenças que se

tornaram proximidades de um diálogo crítico. Destacamos que a escolha destes interlocutores se deve ao fato de que não se pretenderam modelos ou fundadores de nenhuma nova discursividade, mas questionaram paradigmas e verdades colocadas como absolutas. Abordar brasileiros, latino-americanos e europeus consiste em acionar referências geopolíticas diferenciadas. Supõe também incorporar a ousadia que nos inspiraram ao se referirem aos jogos de saber-poder e dos saberes não hegemônicos, mas legítimos de parte da população, que geralmente não são considerados. Enquanto interstícios e em construção, evitamos as cristalizações de identidade dos sujeitos, em que se exigem padrões ou normalidades impostas, posições únicas ou modelos, mas como *entre-lugares*⁶ que são espaços/tempos liminares, potencialmente inovadores, que intervêm para transformar o próprio cenário de articulação. É o espaço-tempo de encontro que possibilita a emergência do múltiplo, do polifônico cultural e da diferença, sobretudo confrontando o estereótipo da subalternização, tutela ou do assujeitamento, promovendo reconstruções como possibilidade de ressignificação da história, do cotidiano e das relações, transformando-as. Preocupávamos em entender os processos que são produzidos na articulação das diferenças culturais, elementos que nos faziam duvidar dos sentidos consagrados e hegemônicos e das fatalidades propagadas, nos impelindo a investigar e a questionar a nossa própria prática, reelaborando-a. O comprometimento ético-político suscita a necessidade de cruzar fronteiras, questionando sistemas de dominação, tornando os conflitos mais visíveis, e, portanto, visibilizando diferentes demandas.

Isto sem determinar ou enfatizar o certo ou o errado, o verdadeiro ou o falso, tão enraizados e fortes na cultura e hierarquia ocidental, mas considerando a criação histórica incessante de relações, cujos efeitos produzem poder. Ao abranger os múltiplos referenciais disponíveis, pretendemos enriquecer o entendimento sobre a complexidade da realidade em que vivemos e atuamos,

⁶ O termo *entre-lugar* foi concebido por Bhabha, originalmente *in-between* (1998) e utilizado por Silviano Santiago (1978) sobre o papel do intelectual periférico latino-americano no âmbito da literatura. Os “momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais” inspirados por Bhabha (1998, p.20), *entre-lugares* são os interstícios, o liminar, o contingente, a passagem: “fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação - singular ou coletiva - que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação” (idem, p.20). É o espaço de fronteira, com possibilidades de ultrapassá-la, é o entre: “o fio cortante da tradução e da negociação, o *entre-lugar* que carrega o fardo do significado da cultura, onde se torna possível evitar a política da polaridade e emergir como os outros de nós mesmos” (Bhabha, 1998, p.69). Emergem assim, possibilidades de transformar o contexto de articulação e de mobilização.

sendo, por isso, produzida por diferentes sujeitos. As escolhas deste estudo consideram a intrínseca relação entre o social, o cultural, a esfera da criação, da experimentação, da experiência e da política que envolvem relações de saber e poder. Assim, a pesquisa realizada nos Pontos de Cultura baseou-se na compreensão da cultura como um movimento de criação, para além da produção voltada para o mercado e da lógica privada, distinguindo as escolhas livres na ocupação do tempo, valorizando a lógica coletiva e pública, criando alternativas de formação e criação à indústria do lazer e da cultura.

A intenção é trazer para a área do Serviço Social questões e abordagens, com o intuito de contribuir com outras ferramentas na busca de alternativas de ação, pensadas e operacionalizadas como possibilidades de relações interculturais, dialógicas, ou como *entre-lugares* que valorizem práticas e saberes, muitas vezes considerados subalternos ou desconsiderados. O percurso deste estudo nos levou ao entendimento de que são possíveis outras leituras sobre a utilização da cultura enquanto finalidade e não mero instrumento pela via da produção e reprodução de mecanismos que impedem ou viabilizam o engajamento de grupos legítimos e a cultura por ela mesma. Nesse percurso de muitas dimensões, é que este texto foi sendo organizado. As inúmeras dificuldades enfrentadas na participação do cotidiano dos Pontos de Cultura nos permitiram o aprendizado da atenção para as sutilezas que foram movendo caminhos e possibilidades de promoção de um saber em constante movimento, como uma das formas de interrogar e de enfrentar mecanismos opressores de saber e de poder. Assim, a metodologia utilizada abrangeu o acompanhamento, desde 2004, da constituição e do cotidiano de um Ponto específico, o Centro Lúdico da Rocinha, cujo contato se intensificou na convivência com diversos Pontos do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, via o Fórum dos Pontos, a criação conjunta de brinquedos e a participação em reuniões mensais de organização do Fórum e de suas ações, e em encontros regionais e nacionais.

Neste processo, foram utilizadas complementarmente técnicas diversificadas de pesquisa, tais como registros de falas, de atas e dinâmicas de grupo, diários de campo, entrevistas, depoimentos, análise de documentos oficiais e reportagens *on line*, dados estatísticos, relatórios de atividades e de seminários. Todos derivados da participação no cotidiano, e também de atividades e reuniões com os demais Pontos de Cultura em âmbito regional e nacional, nos eventos e Fóruns, além dos

seminários nacionais e um seminário internacional do Programa *Cultura Viva*. A rigor, enquanto “observadora participante privilegiada”, tínhamos um papel social no processo com o levantamento de dados utilizados posteriormente na pesquisa, os quais propiciaram a reflexão de experiências significativas e nos mobilizaram a empreender este estudo. Embora o nosso projeto de doutorado tenha iniciado com as ações que originaram o Ponto de Cultura Centro Lúdico da Rocinha, em interação com outros Pontos, e o contexto destes territórios sejam fundamentais, não produziremos um estudo aprofundado e linear das localidades, mas faremos referências em momentos oportunos, sobretudo aos processos anteriormente iniciados por moradores no sentido de registrar e reconstituir estas histórias, que perpassam outros recortes e aprofundamentos enfatizados pelos próprios moradores locais⁷.

Além disso, iniciativas similares têm sido efetivadas pelos outros Pontos com os quais interagimos e citamos neste estudo, a exemplo dos livros *Pontão de Integração Regional do PIM*, denominado *Raízes do Vale*, cultura, memória e tradição editado em 2009 com a participação do Centro Lúdico da Rocinha e dos registros dos Pontos de Cultura Manoel Martins⁸ no Quilombo Campinho da Independência, em Paraty e da Associação artístico cultural *Nhandeva*⁹, e *Jongo do Pinheiral*¹⁰, Pontos com os quais efetivamos experiências de construções coletivas como veremos ao longo do quarto capítulo deste estudo. O processo coletivo supõe um caminhar mais lento, por respeitar o tempo e os saberes diferenciados, além disso, considerando que tudo está em constante

⁷ Esta história envolve o registro já realizado em conjunto com moradores, como o livro *Varal de Lembranças*, as ações do Fórum de Cultura da Rocinha, que vem sendo apoiado pelo Ponto de Cultura Centro Lúdico, além de diversos moradores que vem se apropriando deste fazer, ao rememorem e registrarem memórias a serem organizadas no museu comunitário da Rocinha, em processo de construção coletiva.

⁸ Este Ponto de Cultura já editou um livro denominado: *Vivência de Saberes: Educação com arte e tradição oral*. Projeto de educação do Ponto de Cultura Manoel Martins. Coord. geral do projeto: Laura Maria dos Santos. Coord. pedagógica: Patrícia Solari. Quilombo Campinho da Independência, Paraty, Rio de Janeiro, 2008.

⁹ Ponto de Cultura Nhandeva - Recuperação da cerâmica guarani e seu registro áudio visual. Nhandeva em guarani significa “o que somos nós, os que são dos nossos, nossa gente, denominação guarani. Subdivisão do grupo guarani”. Livro *Ymaguaré Mokôï po há mbohapy*. Associação artístico cultural Nhandeva (Solari, Gonzalez, 2010).

¹⁰ Esta em curso a edição de um vídeo-documentário sobre o Ponto de Cultura de Pinheiral faz parte do Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu/Unidade de Formação de Professores/UFF/Observatório Jovem/UFF, Laboratório de História Oral e Imagem/Núcleo de Pesquisa em História Cultural/UFF, que reúne outras comunidades jongueiras da região sudeste com vistas à articulação e desenvolvimento de suas atividades por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão universitária.

transformação, o enfrentamento desta realidade cria e instaura dinâmicas que fomentam transformações que envolvem experimentações constantes. Embora o sonho de um mundo melhor esteja recorrentemente ameaçado pela insistência em se tratar assuntos importantes, como a dignidade para todos, como banalidades.

Acreditamos que alguns espaços, dentre eles os Pontos de Cultura, possam ser férteis para experimentações, podendo ainda promover círculos de formação baseados na importância do papel da arte e da cultura na criação e desenvolvimento humano e societário. Como fonte de conhecimento, como forma de acessar o real e de ampliar horizontes, sem impor saberes, poderes ou hierarquias, a construção coletiva envolve a vivência de experiências, sem abdicar do papel do Estado e das políticas públicas e das transformações que promovam as diferentes potencialidades dos sujeitos, respeitando-as.

Aprendo com abelhas do que com aeroplanos. É um olhar para baixo que eu nasci tendo. É um olhar para o ser menor, para o insignificante que eu me criei tendo. O ser que na sociedade é chutado como uma barata - cresce de importância para o meu olho. Ainda não aprendi porque herdei esse olhar para baixo. Sempre imagino que venha de ancestralidades machucadas. Fui criado no mato e aprendi a gostar das coisinhas do chão - Antes que das coisas celestiais. Pessoas pertencidas de abandono me comovem: tanto quanto as soberbas coisas ínfimas.

Manoel de Barros